

# ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: A CONTRIBUIÇÃO DA CAMPANHA “PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER” PARA A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL



<https://doi.org/10.22533/at.ed.6611125260214>

*Data de aceite: 18/03/2025*

**Gleiciane Soares Batista**

Acadêmica de Pedagogia-(UFRR)

**Gabriela Rodrigues Santos**

Acadêmica de Pedagogia-(UFRR)

**Ivone Souza Lima**

Acadêmica de Pedagogia-(UFRR)

**Malvina Kassandra Eduim Braga**

Acadêmica de Pedagogia-(UFRR)

**Sebastião Monteiro Oliveira**

Professor Associado do curso de Pedagogia da UFRR, possui graduação em Pedagogia com Habilitação Administração Escolar pela Universidade Federal do Amazonas (1987) com registro no MEC N. 008/94 - AM. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas em dezembro de (2004). Doutor em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE) em abril de 2016. Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2021). É líder do Grupo de Pesquisa Paulo Freire e Educação de Adultos na Amazônia Setentrional professor do Programa de Pós Graduação no Mestrado Profissional em Inclusão (PROFEI), na Universidade Federal de Roraima e do Mestrado Profissional em História (ProfHistória).  
<https://orcid.org/0000-0002-1351-1278>

**RESUMO:** A pesquisa sobre a Campanha “Pé no Chão Também se Aprende a Ler” foca no estudo de uma importante iniciativa educacional que teve como objetivo combater o analfabetismo no Brasil, principalmente nas regiões mais carentes. Criada na década de 1960, a campanha foi uma das primeiras a utilizar métodos inovadores e simplificados de ensino para pessoas adultas, especialmente voltados para o contexto rural. O principal enfoque dessa campanha era a alfabetização de adultos, utilizando uma abordagem prática e adaptada ao cotidiano das pessoas. A ideia central era que o aprendizado não precisava ocorrer apenas dentro das escolas formais e que, por meio de atividades simples e voltadas para a realidade dos alunos, era possível garantir que todos tivessem acesso ao conhecimento. A pesquisa sobre esse movimento investiga tanto os resultados pedagógicos alcançados quanto as dificuldades enfrentadas. Além disso, ela aborda as implicações sociais e políticas da Campanha, analisando como ela impactou a educação popular no Brasil e contribuiu para a reflexão sobre o direito à educação como um bem acessível a todos os cidadãos. Esse estudo se propõe a entender o legado dessa campanha no

campo da educação de adultos, sua metodologia, o envolvimento da comunidade e como as práticas pedagógicas, embora simples, foram fundamentais para a alfabetização e inclusão de milhares de pessoas no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Campanha; Educação; Práticas pedagógicas.

## 1 | INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental e obrigatório na vida de qualquer cidadão, funcionando como uma poderosa ferramenta para potencializar e desenvolver uma nação. No contexto brasileiro, a busca por políticas educacionais públicas eficazes, especialmente voltadas para a alfabetização de Jovens e Adultos, é um tema de grande relevância, gerando debates intensos ao longo da história da educação no país. A alfabetização de adultos é uma das questões mais urgentes no enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais, visto que a falta de acesso ao ensino formal afeta milhões de brasileiros. Este trabalho propõe-se a estudar um processo significativo de ensino e aprendizado no combate ao analfabetismo, com ênfase na cidade de Natal, que, na década de 1960, foi palco de uma das experiências mais marcantes da educação popular no Brasil. A cidade foi o cenário da campanha **“De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler”**, uma iniciativa inovadora liderada pelo prefeito Djalma Maranhão, que buscou transformar a educação em um meio de inclusão e justiça social. A campanha foi concebida com o objetivo de refletir e sistematizar métodos alternativos de ensino, integrando acampamentos escolares, práticas pedagógicas inovadoras e a valorização da cultura popular local. A figura de Djalma Maranhão, filiado ao Partido Comunista Brasileiro, foi central para o surgimento dessa campanha. Como prefeito de Natal, ele incentivou a implementação de políticas públicas voltadas para a educação popular. No entanto, sua prisão após o golpe militar de 1964 e o exílio em Montevidéu marcaram o fim dessa importante iniciativa, embora ela tenha deixado um legado significativo na história da educação no Brasil.

Este estudo explorará dois aspectos fundamentais: o papel do Estado como provedor de políticas educacionais, que vai além dos ambientes formais de ensino, buscando atender às populações marginalizadas e promover a inclusão social por meio da educação; e a influência das elites dirigentes no Brasil, que historicamente têm mantido um sistema educacional elitista, favorecendo apenas uma parcela da população e deixando à margem as classes populares. A análise da campanha permite compreender não só as práticas pedagógicas e suas implicações para a educação de Jovens e Adultos, mas também a luta pela democratização do ensino em um período de grande repressão política e social.

Este estudo tem como objetivo principal analisar a campanha **“De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler”**, destacando suas metodologias pedagógicas, seu impacto na alfabetização de adultos e sua contribuição para a educação popular no Brasil. Além disso, busca-se compreender o contexto político e social da época, bem como os desafios

enfrentados pela iniciativa, especialmente após o golpe militar de 1964. Por fim, o trabalho pretende refletir sobre o legado dessa campanha para as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo. Metodologia: A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, baseada na análise de documentos digitais, como artigos, relatórios e registros históricos, além de consulta a livros e publicações especializadas sobre o tema. A metodologia incluiu a revisão bibliográfica de autores que discutem a educação popular, a alfabetização de adultos e o contexto histórico da década de 1960 no Brasil. A análise dos dados buscou integrar as dimensões pedagógicas, políticas e sociais da campanha, permitindo uma compreensão abrangente de seu significado e impacto.

## **2 | A EDUCAÇÃO COMO META NÚMERO UM NO GOVERNO DE DJALMA MARANHÃO**

A campanha “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler” é um dos marcos mais significativos na luta contra o analfabetismo no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte, onde se destacou durante a gestão de Djalma Maranhão como prefeito de Natal (1956-1959). Essa campanha não só simbolizou uma ação decisiva contra a exclusão educacional, mas também refletiu um movimento maior de democratização da cultura e da educação em uma época de profundas desigualdades sociais e políticas no Brasil.

Na década de 1960, o cenário educacional de Natal, assim como o de boa parte do Nordeste, estava fortemente marcado pela exclusão educacional. A maioria da população, especialmente nas áreas rurais, não tinha acesso à educação formal, o que contribuía para a perpetuação da pobreza e da marginalização. Estima-se que cerca de metade da população brasileira ainda fosse analfabeta, o que, por sua vez, impedia uma plena participação política, uma vez que o voto estava condicionado ao domínio da leitura e escrita. A alfabetização, portanto, representava mais do que o simples domínio de uma habilidade; era uma chave para o exercício da cidadania, para a participação na vida política do país e para a melhoria das condições de trabalho e renda.

Djalma Maranhão, ao assumir a prefeitura de Natal, tornou-se uma figura de destaque na luta contra a hegemonia tradicional do sistema educacional brasileiro, que privilegiava as elites e mantinha grandes parcelas da população à margem da educação formal. Maranhão rompeu com as práticas educacionais elitistas e implantou políticas voltadas para a democratização do acesso à cultura e à educação. Ele fundou a Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), uma iniciativa que visava promover o conhecimento e a valorização da cultura popular, através da criação de bibliotecas populares, museus de arte e praças culturais. Além disso, sua gestão deu grande atenção ao folclore e aos folguedos populares, reconhecendo e promovendo as manifestações culturais locais como formas de resistência e expressão das comunidades populares.

Esse movimento de democratização da educação e da cultura em Natal de Djalma Maranhão não estava isolado. Em Recife, dois anos antes, o governador Miguel Arraes já havia implementado políticas semelhantes, com destaque para o protagonismo da educação popular. Ambos, Maranhão e Arraes, acreditavam que a mudança das estruturas sociais e educacionais era essencial para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, região historicamente marginalizada e negligenciada pelo poder central.

O trabalho realizado por Djalma Maranhão teve um impacto significativo em Natal, ao propor alternativas para enfrentar os entraves estruturais que impediam o progresso social e educacional da população. Sua gestão representou uma tentativa concreta de construir um modelo educacional mais inclusivo, que abrisse portas para a cidadania plena e que estivesse em sintonia com as necessidades e características das pessoas que habitavam as áreas mais empobrecidas. A campanha “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler”, ao focar na alfabetização de adultos, foi um dos principais instrumentos dessa luta por uma educação acessível a todos, refletindo uma tentativa de transformar o Nordeste brasileiro e, mais amplamente, o Brasil, em uma nação mais justa e igualitária.

Na experiência brasileira, a criação dos espaços socioeducativos no contexto da ‘Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler’ ocorre durante a segunda gestão (1961-1964) do então prefeito Djalma Maranhão, na década de 1960. Esse político se firma na conjuntura natalense com um pensamento de esquerda, nacionalista, voltado para causas sociais, em defesa da escola pública e de uma educação popular. Durante a sua gestão, foi desenvolvida uma política de democratização da cultura a partir da criação da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), realizado um trabalho de divulgação e revitalização do folclore e folguedos populares através de uma galeria de arte, museu de arte popular, bibliotecas populares, praças de cultura, apresentações teatrais etc. (AQUINO, F. PINHEIRO, 2019, pág 23.)

Como já mencionado, o contexto educacional de Natal na década de 1960 era um reflexo de um quadro de pobreza e desigualdades sociais profundamente enraizadas. A cidade, assim como grande parte do Nordeste brasileiro, enfrentava sérias dificuldades no que se refere ao acesso à educação. Dados concretos da época demonstram a magnitude do problema: 60.254 potiguares, entre os quais uma parte significativa eram crianças e 24.444 adultos, viviam à margem da escolarização, com o analfabetismo como uma das principais barreiras à inclusão social e à cidadania. Estes números, provenientes da pesquisa de Góes (1980), evidenciam a dimensão da exclusão educacional e a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à alfabetização.

Esse cenário de exclusão educacional gerou um forte anseio na população por mudanças significativas, com a expectativa de que os poderes políticos da cidade se comprometessem com a resolução desses problemas sociais. Nesse contexto, a década de 1960 foi crucial para a cidade de Natal, especialmente devido à conquista de um direito democrático de escolha para a prefeitura. Até então, o prefeito de Natal era nomeado pelo Governador de Estado, o que limitava a participação popular nas decisões políticas locais.

Com a mudança, a eleição direta para a prefeitura passou a ser uma realidade, e Djalma Maranhão, um líder progressista e filiado ao Partido Comunista Brasileiro, foi empossado como prefeito de Natal em 1956. Sua chegada à prefeitura de Natal representou uma ruptura com o modelo de gestão tradicional e elitista que dominava a cidade. Djalma Maranhão, consciente da enorme desigualdade social e educacional que marcava a realidade de Natal, passou a implementar políticas públicas voltadas para a democratização da cultura e da educação, com o objetivo de incluir as populações marginalizadas, em sua maioria analfabetas, no processo de desenvolvimento social e cultural da cidade. Foi nesse cenário de urgente necessidade de transformação social que a campanha “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler” foi concebida, como uma ação concreta para combater o analfabetismo e promover a cidadania por meio da educação.

### **3 | A RUPTURA NO PROCESSO ELITISTA EDUCACIONAL NO NORDESTE ATRAVÉS DE PAULO FREIRE**

Em primeiro plano, o destaque para a campanha é não ter sucumbido a tradicional estrutura escolar acadêmica e burguesa, como por exemplo, quebrou regras estabelecidas pelas elites quando tornava o ensino para alunos sem uniformes e sem calçados. Na esteira da perspectiva freiriana, o projeto buscou o estímulo em associar o processo de ensino aprendizado com a construção de uma consciência sociocultural nos quais os agentes daquele contexto se encontravam.

A metodologia do Sistema Paulo Freire implica o cumprimento das conhecidas etapas que devem ser executadas na seguinte ordem: levantamento do universo vocabular do grupo que se vai alfabetizar; seleção neste universo dos vocábulos geradores sob um duplo critério: o da riqueza fonêmica e o da pluralidade de engajamento na realidade local, regional e nacional; criação de situações existenciais, típicas do grupo que se vai alfabetizar; criação de fichas-roteiro, que auxiliam os coordenadores de debate no trabalho; feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores(GOÉS, 1980,p.42).

Para além do processo educacional era importante para o projeto a compreensão do contexto socioeconômico que o Nordeste vivia naquele contexto da década de 1960 frisado pelo crescimento unilateral industrial do Centro-sul do país e as dificuldades financeiras que o Nordeste enfrentava. A exemplo disso, podemos citar a aproximação dos artistas com aquele corpo social. Nesse ínterim, em 1960 temos a consolidação de Paulo Freire com a propositura de um sistema de alfabetização que associava o processo de alfabetização a discussão dos problemas/adversidades vivenciados pelos educandos. Porém, esse sistema de educação foi suprimido, posteriormente, pelo regime ditatorial que impôs um ensino ideológico marcado pela censura e ausência de liberdade.

## 4 | O CHAMAMENTO DAS MASSAS PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER

Diante do quadro exposto de analfabetismo do Nordeste, era preciso combater essa problemática, porém não havia recursos para a estruturação de prédios escolares. As escolinhas, no primeiro momento, são formadas a partir de salinhas cedidas pela comunidade para a instalação de classes de alfabetização. O que gerou baixos custos para a campanha. Enquanto as características físicas, durante a fase de acampamento escolar, a escola era feita de palha de coqueiro e de chão abatido. A idealização do acampamento escolar ascendeu pelos moradores do bairro das Rocas devido à falta de recursos orçamentário por parte da prefeitura para a construção de prédios escolares. Nesse ínterim, é curioso destacamos aqui que os primeiros acampamentos foram construídos pelos pescadores do “Canto Mangue” que detinham as habilidades e técnicas de armação da palha.

É válido destacar que foi a partir dessas características físicas que ascendeu o nome da campanha com uma reportagem de Expedito Silva. O jornalista relatava na reportagem o que viria do projeto. “O Prefeito Djalma Maranhão percebeu o apelo da expressão e adotou-a para a Campanha Municipal de Erradicação do Analfabetismo: ter os pés no chão significava conhecer a realidade e a dimensão do seu desafio”. (GÓES, 1980, p.54).



**Figura 1-** Salas de Aulas do Projeto de pé no chão também se aprender a ler

Fonte: <https://tokdehistoria.com.br/2022/03/26/de-pe-no-chao-tambem-se-aprende-a-ler-conheca-a-mais-intensa-e-revolucionaria-experiencia-educacional-realizada-no-brasil-e-ela-aconteceu-em-natal, 2013>.

Na figura 1, mostra a escola de palha, segundo Goés 1980, foi construída em janeiro de 1961, no acampamento Escolar das Rocas. Em setembro do mesmo ano já contava com 1.266 alunos. A construção não agredia a ecologia e nem a cultura local. “Os pescadores da região ensinaram aos operários da Prefeitura a virada da palha, para construir o teto do Acampamento Escolar. Essa técnica tinha sido esquecida pela mão-de-obra qualificada e urbana. (GÓES, 1980, p.85)



A característica de ensino mútuo é uma parte super louvável do movimento. É válido destacar que aqui nesse projeto de estudos o a característica de ensino mútuo é decifrada como o revezamento entre crianças e adultos. Durante o dia, o ensino era voltado para as crianças e a noite para os adultos, onde muitas das vezes, os adultos do período noturno eram os pais das crianças que frequentavam as escolinhas. O Movimento constituiu também praças culturais, quadras de esportes, parque infantis e uma biblioteca. Nesse ínterim, podemos também citar o folclore como um espaço especial que adentrou o currículo da campanha. Firmou-se como um ato político de firmamento cultural. No que se refere às bibliotecas populares, seu formato era de madeira que funcionava como ponto de empréstimos para a população em geral. Para além do empréstimo, havia também um incentivo a adoção de livros que tinha o seguinte chamamento: “O livro que está sobrando na sua estante é o livro que está faltando nas mãos do povo”.

Praça de Cultura é o conjunto de parque infantil, posto de empréstimo de livros (biblioteca), jornal mural e campo esportivo, que funciona como teatro de arena para a discussão de temas de interesse da comunidade, isto é, fórum de debates. (GÓES,1980, p.77)

Na figura 2, Pontos de empréstimos de livros, as bibliotecas populares Monteiro Lobato e Castro Alves emprestaram quase 80.000 volumes.



**Figura 2:** Biblioteca popular Monteiro Lobato

Fonte: <https://tokdehistoria.com.br/2022/03/26/de-pe-no-chao-tambem-se-aprende-a-ler-conheca-a-mais-intensa-e-revolucionaria-experiencia-educacional-realizada-no-brasil-e-ela-aconteceu-em-natal>, 2013.



**Figura 3:** A biblioteca é para todos

Fonte: <https://desarquivandobr.files.wordpress.com/2012/03/bibliotecapopular.jpg?w=300>, 2012



**Figura 4:** panfleto de divulgação da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”

Fonte: <<http://www.dhnet.org.br>>

As figuras 2, 3, e 4 mostram as duas maiores praças foram construídas nos bairros das Quintas e nas Rocas, equipadas com quadras esportivas, arquibancadas de concreto, áreas de lazer para crianças e pequenas bibliotecas. Esses espaços eram versáteis, servindo tanto para atividades esportivas quanto para apresentações teatrais, espetáculos populares e discussões públicas. Ao todo, foram criadas dez praças, cada uma com pelo menos uma quadra e um parque infantil. A Praça André de Albuquerque, conhecida como “Praça da Cultura”, destacava-se por sua estrutura mais completa, incluindo uma concha acústica, uma biblioteca, uma galeria de arte e um espaço dedicado a danças. Foi lá que o professor Gracio Barbalho realizou diversas palestras sobre a música popular brasileira. Esse local era considerado um espaço democrático e aberto ao público onde as pessoas se reuniam para debater ideias e desfrutar de atividades culturais, como lembrou Moacyr de Goés anos mais tarde.



## A campanha “De pé no chão também se aprende uma profissão”

Aqui nesse projeto de estudos, o que mais nos chamou a atenção foi a fase da campanha que se estendeu para além do campo de ensino e aprendizado após sua consolidação em meados de 1963. Em julho de 1962, após Djalma Maranhão decretar a vitória do movimento, solicita ao legislativo, a abertura de um crédito de 01 milhão de cruzeiros, destinado à aquisição do material para a instalação da nova fase da Campanha (GOES, 1980). A essa nova fase foi dado a nomenclatura de pé no chão também se aprende uma profissão. Em agosto de 1963 já eram entregues certificados de Cursos como corte e costura, enfermagem de urgência, sapataria, marcenaria, barbearia, datilografia, artesanato e encadernação. A dinâmica dos cursos era feita em diferentes turnos e diferentes acampamentos.



**Figura 5:** Barracões de palha, recreação, merenda e práticas de ensino voltadas à cultura popular

Fonte: <http://cagppufrn.blogspot.com/2011/03/50-anos-da-campanha-de-pe-no-chao.html>

A figura 5 destaca um momento de recreação nas “sombriinhas”. A sombrinha era um espaço circular, coberto de palha e voltado à recreação e festividade, de horta e o aviário, cultivados pelos próprios alunos.

## 5 | O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E OS MATERIAIS PEDAGÓGICOS.

Como já exposto, o cenário encontrado pelo prefeito Djalma, era desafiador: o sistema público de ensino passava por um processo de deterioração, com um número insuficiente de escolas e uma redução progressiva de unidades nos anos anteriores. Apesar da vontade de promover mudanças significativas, como a construção de novas escolas, a administração municipal esbarrava na escassez de recursos financeiros

(PAIVA,2017). No começo da gestão, a prefeitura deu início à Campanha de Alfabetização ampliando as chamadas escolinhas, que eram as turmas emergenciais para alfabetização. Para isso, foram aproveitados todos os espaços possíveis oferecidos pela comunidade, como sindicatos, igrejas, clubes, casas de famílias e até um cinema, desde que pudessem abrigar uma sala de aula.

O material didático e a merenda eram doados aos alunos pelos poderes públicos, a professora, capacitada em cursos emergenciais, recebia um pequeno pró-labore, mas água e energia elétrica ficavam sob a responsabilidade das entidades responsáveis pela cessão da sala. (PAIVA,2018, p.5)

Segundo Paiva, essas escolinhas cresceram tanto que já não conseguiam atender a demanda “Em dois anos, essas escolinhas haviam atingido o número de 271 salas de aula, entretanto, esse contingente não era suficiente para atender a demanda por alfabetização. Foi quando [...] surgiu a ideia da construção de escolas utilizando-se as palhas de coqueiros”(PAIVA,2018, p.5). A primeira unidade escolar construída foi batizada de Acampamento Escolar das Rocas. No mesmo ano, em 1961, a prefeitura ergueu outro Acampamento Escolar no bairro do Carrasco. Em seguida, foi realizada a Chamada Escolar para matricular os estudantes e iniciar as atividades letivas. No ano de 1962, mais sete Acampamentos Escolares foram inaugurados, localizados nos bairros Nordeste, Igapó, Aparecida, Quintas, Conceição, Granja e Nova Descoberta. Vale ressaltar que essas áreas eram periféricas da cidade de Natal, e as escolas foram criadas especialmente para atender às comunidades mais carentes.

A matrícula evoluiu rapidamente, em 1960, as “Escolinhas” atendiam a 2.974 alunos;em1961,o total de alunos atendidos foi de 5.249. Quanto à matrícula das Escolas/Acampamentos, segundo Germano (1982), é difícil de computar pela falta de registro. Goés, afirma que em abril de 1964, a matrícula geral excedia os 17.000 alunos. (GERMANO,1982, GOÉS,1980, apud PAIVA, 2018,p.6)

Com o aumento no número de matrículas, tornou-se essencial contar com mais professores e, principalmente, com uma melhor preparação desses profissionais. Para atender a essa demanda, foi estabelecido, em 1962, o Centro de Formação de Professores (CFP). Essa instituição assumiu a responsabilidade de organizar e supervisionar o aspecto pedagógico da Campanha de Alfabetização. De acordo com Paiva (2018), o Centro de Formação de Professores (CFP) oferecia três tipos de cursos: os Cursos de Emergência, com duração de três a quatro meses, destinados à capacitação de professores leigos que atuavam em municípios do interior em parceria com a prefeitura de Natal; o Ginásio Normal, com quatro anos de duração, voltado para professores da Campanha que já haviam concluído os Cursos de Emergência; e o Colégio Normal, de nível colegial, que aprimorava a formação dos professores da Campanha e também estava aberto a outros interessados.

O material didático e pedagógico empregado na Campanha era bastante variado. Inicialmente, o método de ensino seguia o mesmo padrão utilizado na rede pública de ensino. No entanto, com o desenvolvimento da Campanha, o processo educacional foi sendo gradualmente atualizado e reformulado. Um dos recursos mais utilizados foi o Livro de Leitura *“De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”*, uma adaptação do *“Livro de Leitura para adultos do Movimento de Cultura Popular do Recife”*(PAIVA,2018). Informação que constava no próprio livro:

Este “Livro de Leitura para Adultos da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler” não é um trabalho original, é uma adaptação, às condições locais do Rio G. do Norte do “Livro de Leitura para Adultos do Movimento de Cultura Popular do Recife”. Se a “Cartilha” do MCP é válida, como acreditamos, então, o certo é que aproveitemos esta experiência válida e apliquemo-la entre nós. (GOÉS,1963 apud PAIVA ,2018, p.8)

Portanto, a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” representou um imenso avanço no cenário social e educacional do Brasil, principalmente pelo seu caráter inclusivo e transformador. Se destacando não apenas como uma iniciativa de alfabetização, mas como um movimento que buscava empoderar as camadas mais pobres da população, oferecendo-lhes o acesso à comunidade e, em consequência, à cidadania. Priorizando áreas periféricas e comunidades marginalizadas, a Campanha mostrava um compromisso genuíno com a redução das desigualdades sociais, utilizando métodos pedagógicos adaptados à realidade dos alunos.

No entanto, seu sucesso e impacto foram abruptamente interrompidos pelo golpe militar de 1964, que via em iniciativas como essa uma ameaça. Os idealizadores e participantes da Campanha foram perseguidos, presos e, em muitos casos, torturados, sob a acusação de subversão. Esse episódio não apenas encerrou um projeto educacional promissor, mas também simbolizou a repressão a qualquer forma de mobilização popular que buscasse transformações sociais. A interrupção violenta da Campanha reflete o clima de censura e autoritarismo que marcou o período da ditadura militar, sufocando iniciativas que poderiam ter contribuído significativamente para a democratização do acesso à educação no país.

## 6 | A REPRESSÃO

A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, uma das iniciativas mais significativas de democratização da educação no século XX em Natal, enfrentou uma dura repressão após o Golpe Militar de 1964. Com a deposição e prisão do prefeito Djalma Maranhão, que apoiava a campanha, assumiu o poder Tertius César Pires de Lima Rebelo, um oficial da Marinha do Brasil. Sob o novo regime, as atividades da campanha foram imediatamente interrompidas, marcando o início de um período de perseguição e desmantelamento de suas conquistas. Foram criadas comissões de inquérito específicas

para investigar a Secretaria de Educação, além de outros inquéritos civis e militares. Os líderes da campanha foram indiciados e presos, enquanto materiais, documentos e parte da infraestrutura que sustentavam o projeto foram destruídos. Essa repressão sistemática resultou no fim abrupto de uma proposta educacional que já havia alfabetizado vinte e cinco mil crianças somente em Natal.

A Praça André de Albuquerque, conhecida como “Praça da Cultura”, que servia como um espaço democrático para debates e atividades culturais, também foi afetada. Esse local, onde o professor Gracio Barbalho realizava palestras sobre música popular brasileira, simbolizava a integração entre educação e cultura que a campanha promovia. Com o golpe, esse “verdadeiro fórum aberto e democrático”, como lembrou Moacyr de Góes, foi silenciado, evidenciando como a repressão atingiu não apenas a estrutura física, mas também o espírito de liberdade e participação que a campanha representava. Assim, a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler foi uma vítima emblemática da repressão militar, que não apenas interrompeu um projeto educacional inovador, mas também destruiu um símbolo de esperança e democratização para a população de Natal.

A campanha “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler” não foi apenas um projeto de alfabetização, mas um movimento de transformação social e política, que rompeu com a lógica elitista da educação brasileira e demonstrou que o ensino pode ser acessível, democrático e popular. Sob a liderança de Djalma Maranhão, essa iniciativa inovadora provou que é possível alfabetizar crianças e adultos utilizando metodologias adaptadas à realidade local, promovendo o aprendizado de forma significativa e integrada ao cotidiano dos alunos. O relato de Moacyr de Góes reforça o caráter revolucionário da campanha, que não se limitou a ensinar a ler e escrever, mas buscou despertar uma consciência crítica na população. Inspirada em princípios semelhantes aos de Paulo Freire, a campanha utilizou um ensino voltado para a libertação, permitindo que os participantes não apenas adquirissem habilidades básicas, mas também compreendessem sua posição na sociedade e reivindicassem seus direitos. Esse aspecto, por si só, tornou o movimento uma ameaça ao sistema político e econômico vigente, levando à sua repressão após o golpe militar de 1964.

O impacto da campanha ultrapassou as fronteiras de Natal e do Rio Grande do Norte, influenciando outras iniciativas de educação popular no Brasil. Seu legado permanece vivo no debate sobre alfabetização de jovens e adultos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Apesar da repressão que levou ao seu desmonte, a campanha deixou marcas profundas na história da educação, demonstrando que o acesso ao conhecimento é um direito fundamental e uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Atualmente, os desafios da educação popular ainda persistem, e iniciativas como a de Djalma Maranhão servem de inspiração para políticas educacionais mais inclusivas. A luta contra o analfabetismo e a exclusão social continua sendo uma necessidade urgente, e a experiência de “De Pé no Chão Também Se

“Aprende a Ler” mostra que é possível superar barreiras quando há um compromisso real com a educação como instrumento de emancipação.

Assim, este estudo reafirma a importância da educação como um direito inalienável e um meio de transformação social. A campanha demonstrou que, com metodologias inovadoras e participação comunitária, é possível garantir o acesso ao ensino e promover a cidadania, permitindo que cada indivíduo não apenas leia o mundo, mas também atue para transformá-lo.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler” deve ser considerada, sem dúvida, um dos marcos mais significativos na história da educação no Brasil, principalmente no que se refere aos esforços de combate ao analfabetismo em Natal, Rio Grande do Norte. Ela representou uma tentativa audaciosa de rearranjar as estruturas sociais e políticas da cidade, desafiando a realidade educacional excludente e marginalizadora que predominava. Sob a liderança de Djalma Maranhão, um político progressista e popular, a campanha buscou envolver as classes sociais mais subordinadas e excluídas, dando-lhes uma chance de acesso ao conhecimento, ao empoderamento e à participação na vida política e social da cidade.

Esse movimento se opôs a uma doutrina educacional elitista, fortemente influenciada por uma visão cristã conservadora que predominava na época e que servia para perpetuar as desigualdades sociais. A campanha, portanto, foi mais que uma iniciativa pedagógica; foi uma ação política, que pretendia mudar a estrutura social e cultural de Natal, com um foco na inclusão e na valorização da cultura popular. No entanto, a repressão política do período, especialmente após o golpe militar de 1964, teve um impacto devastador sobre a campanha. Seus líderes foram indiciados e presos, seus espaços de educação foram tomados, seus materiais didáticos foram apreendidos e, em alguns casos, queimados. A memória dessa experiência foi, de certa forma, silenciada e encoberta pelo medo coletivo da repressão, mas seu legado não foi completamente apagado.

A reflexão que emerge desse movimento se alinha com o pensamento de Paulo Freire, especialmente com sua ideia de que a educação deve ser um processo de leitura crítica do mundo. Para Freire, o conhecimento não é apenas um acúmulo de informações, mas um ato de consciência crítica que permite ao indivíduo entender sua realidade e transformá-la. Essa perspectiva freiriana encontra ressonância com a concepção de analfabetismo proposta pelo educador Moacir Gadotti, que define o analfabetismo como a expressão da pobreza e consequência inevitável de uma estrutura social injusta (GADOTTI, 2012, p.12).

Nesse sentido, a campanha “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler” pode ser vista como uma resposta direta a essa estratificação social e ao analfabetismo, que não é apenas uma falta de habilidades de leitura e escrita, mas uma consequência das

desigualdades estruturais que limitam o acesso à educação de qualidade e à cidadania. Assim, a campanha representou um esforço para transformar a realidade social de Natal e, ao mesmo tempo, desafiou o modelo educacional hegemônico, buscando um caminho mais inclusivo e libertador para a educação de adultos.

Mesmo com os obstáculos impostos pela repressão, a campanha de Djalma Maranhão deixou um legado importante, mostrando que a educação pode ser um poderoso instrumento de transformação social e política. O trabalho de alfabetização e a promoção da cultura popular realizada nesse período demonstraram que a educação popular é uma chave fundamental para combater as desigualdades e promover a verdadeira inclusão social. O movimento, embora temporariamente interrompido, continua a inspirar iniciativas e reflexões sobre a importância da educação como direito universal e instrumento de libertação.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, F. PINHEIRO, R. **Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler: um contexto de comunidade de aprendizagem**. Revista Educação em Questão, Natal, v.57, p. 1-23, e16014, abr./jun.2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/16014/1134>

DE PAIVA, Marlúcia Menezes. **“Educação popular no Rio Grande do Norte: A Campanha “de pé no chão também se aprende a ler”.”** *Revista Iberoamericana de Educación* 76 (2018): 229-238.

DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER – CONHEÇA A MAIS INTENSA E REVOLUCIONÁRIA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL REALIZADA NO BRASIL – E ELA ACONTECEU EM NATAL. Tok de história, 2022. Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/2013/04/21/de-pe-no-chao-tambem-se-aprende-a-ler/>

FOTOGRAFIAS DA CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO”. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>.

GÓES, de M. Moacyr de Góes. **De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler (1961-1964)**. Rio de Janeiro-RJ. Ed: Civilização Brasileira S.A, 1980.

GÓES, M. Moacyr de Góes: **depoimento [2015]**. Entrevistador: Roberto Monte. Entrevista con- cedida ao Centro de Direitos Humanos do RN. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>.